



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

O “SUJEITO DO JORNALISMO” E O “SUJEITO DO DISCURSO”: UMA (RE)ANÁLISE DA TEORIA DO GATEKEEPER A PARTIR DE M. PÊCHEUX

Fabiano Ormaneze¹

Resumo: Este artigo discute a concepção de sujeito presente na Teoria do Gatekeeper, definida no Jornalismo nos anos 1950 pelo pesquisador estadunidense David Manning White. Com forte inspiração na psicologia comportamental, ele estudou o fluxo de notícias dentro de uma redação de jornal e percebeu que havia um processo de seleção e escolha do que seria publicado, ação centralizada no editor, metaforizado como “gatekeeper”. Nesse processo, de acordo com a teoria, ora eram utilizados critérios objetivos, ora subjetivos. No entanto, tal perspectiva esbarra-se em limites, não levando em conta a circulação e os efeitos de sentido, tampouco a ação do pré-construído, do interdiscurso e da memória. Assim, pretende-se refletir sobre a Teoria do Jornalismo apresentando seus desdobramentos quando revisitada a partir de uma noção de sujeito inscrito em uma formação discursiva.

Palavras-chave: discurso; sujeito; teoria do Gatekeeper.

Abstract: This article discusses the concept “subject” present in the Gatekeeper Theory, defined in Journalism in the 1950s by researcher David Manning White, with influence in the behavioral psychology. He studied the flow of piece of news in a newspaper office and realized that there was a selection process and choices made, centralized action in the editor, which used to such criteria subjective, sometimes objective. However, the theory limited just at the fact that only analyzed the news production from the perspective of those who produced, scorning the circulation and the effects of senses. Similarly, the empirical subject, origin of the ‘saying’ and dominates the produces’ effects, It is limiting compared to the conception of the subject of discourse, not to consider it as interpellated by ideology. Thus, we intend to reflect on the Gatekeeper theory presenting its outspread, when it has been considered from a subject enrolled in a discursive formation.

Keywords: discourse; subject; Gatekeeper theory.

Introdução

A inquietação que dá origem a este trabalho é o fato de que, para as Teorias do Jornalismo, a noção de sujeito está relacionada a uma ideia bastante pragmática, em que se tem domínio do dizer e dos efeitos de sentido. Prova disso é o fato de que, nos livros e manuais da área, tenta-se indicar termos e técnicas que garantiriam o controle dos sentidos e,

¹ Doutorando em Linguística pela Unicamp, onde fez também o mestrado em Divulgação Científica e Cultural. Professor da PUC-Campinas. Jornalista. E-mail: ormaneze@yahoo.com.br.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

com isso, a conquista da objetividade e da imparcialidade, valores a partir dos quais a prática jornalística emergiu.

Partindo do pressuposto de que a objetividade e a ideia de verdade são apenas efeitos com os quais Jornalismo circula, construídos histórico-ideologicamente, pretende-se fazer aqui uma discussão sobre o conceito de sujeito presente em uma das teorias que tentam explicar o funcionamento do Jornalismo, nomeada de Gatekeeper, comparando-a com a noção de sujeito de Michel Pêcheux (1938-1983), de modo a apresentar divergências, mas, principalmente, contribuições possíveis para o avanço da compreensão dos processos que impactam a produção noticiosa. Essa proposta visa a colaborar também com o que sugere Dela-Silva (2013), quando diz que o jornalista com formação em Análise de Discurso (AD) terá mais clareza sobre o funcionamento da linguagem e o fato de que a prática jornalística se dá sempre na relação com a interpretação, em um processo de atribuição contínua de sentidos.

Compreender o funcionamento da linguagem e da interpretação pode contribuir para o jornalista perceber não só que suas reportagens estão sujeitas à produção de efeitos de sentido, como também auxiliá-lo a compreender que as falas de seus entrevistados também se constituem da mesma forma, não se tratando apenas de uma opção por esta ou aquela fonte de informação.

Sujeito e Teoria do Gatekeeper

As teorias do Jornalismo, mesmo quando promovem a crítica à objetividade e à imparcialidade (que funcionam como um já-dito e memória discursiva), fazem-na de modo muito incipiente, o que, por consequência, também ocorre quando a ideia de sujeito é abordada. Examinemos a questão a partir de um breve percurso histórico.

A primeira proposta que pretendia explicar o Jornalismo foi a Teoria do Espelho, nascida ainda na transição dos séculos 19 e 20. Ela está atrelada às mudanças na imprensa dos Estados Unidos, que propôs que os fatos substituíssem os comentários na imprensa. Assim, acreditava-se que a palavra pudesse refletir a realidade. “Eles [os fatos] trariam o rigor do método científico aos jornalistas, evitando a subjetividade” (PENA, 2010, p. 126).



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

De modo cronológico, as teorias que se seguiram trouxeram críticas a essa concepção de Jornalismo, indicando a impossibilidade e a incoerência, inclusive do ponto de vista da própria metáfora do espelho, em que a imagem refletida aparece invertida. A teoria que se seguiu e que se propunha a explicitar o funcionamento do Jornalismo ficou conhecida como Gatekeeper, “um clássico exemplo de teoria que privilegia a ação pessoal” (PENA, 2010, p. 133).

O sociólogo e comunicólogo David Manning White, em 1950, de origem teórica no Funcionalismo e influenciado pela Psicologia Comportamental, estudou o fluxo de notícias dentro de canais de organização dos jornais, com o objetivo de individualizar pontos que funcionariam como filtros para o relato dos fatos. Para tal, ele desenvolveu um estudo de caso, a partir do qual concluiu que o editor fazia a seleção de notícias que chegavam pelas agências para a publicação. Ele analisou 1.333 recusas de publicação, concluindo que, na maior parte delas, o editor rejeitava-as alegando ausência de espaço, falta de interesse jornalístico ou horário de chegada muito próximo ao fechamento da edição. Ao apresentar seus resultados, White criou um personagem, o Mr. Gates (que, de acordo com alguns analistas, foi uma espécie de *alter-ego*, inspirado nas próprias experiências do autor), jornalista de meia idade, com cerca de 25 anos de experiência, que tem diariamente a missão de selecionar, entre as milhares de notícias que chegavam via telégrafo, por agências, aquelas que seriam publicadas no jornal da pequena cidade de Midwest.

A posterior análise de conteúdo feita por White também verificou os assuntos publicados e suas relações com as editoriais, chegando à conclusão de que as chamadas “notícias de interesse humano”, as de política e às ligadas à agricultura e ao mundo do trabalho receberam o maior espaço de cobertura. Diante desses dados e com base em entrevistas com jornalistas, ele concluiu que “a comunicação de *notícias* é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor, baseados na experiência, atitudes e expectativas do Gatekeeper” (WHITE, 1993, p. 145).

Estudos subsequentes na área vão apresentar algumas fragilidades das ideias de White, mas sem contestar a noção de um sujeito coincidente consigo mesmo, que carrega a responsabilidade sobre o dizer e sobre suas escolhas. É o caso de Gieber que, ao fazer um estudo com 16 editores de jornais estadunidenses, concluiu existirem poucas diferenças entre



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

as explicações dadas pelos editores para a tomada de decisão sobre o que publicar e o que descartar, apesar de considerar também que a rotina burocrática das redações impactava o resultado final. Wolf (1999) lembra ainda as contribuições de Hirsch, que fez uma releitura da pesquisa de White, concluindo que “as normas profissionais superavam as distorções subjetivas” (p. 181). Warren Breed, em 1955, também trará avanços à ideia de um Gatekeeper. Recorremos a Serra (2004, p. 104) para mencioná-lo:

Warren Breed (1993 [1955]) foi contemporâneo de White e autor do estudo sobre o controle social nas redações, outro clássico do jornalismo. Ele também contou como foi influenciado pela sua experiência profissional. Breed trabalhava para um jornal de Hearst², que segundo ele era favorável a uma facção republicana, antitrabalhista, antijaponeses, antiminorias e muito patriótico, onde mexicanos e negros eram invisíveis. Ainda de acordo com o relato que forneceu a Reese, no jornal esperava-se que os repórteres seguissem a linha editorial e, por exemplo, em casos de disputas trabalhistas, favorecessem o lado das empresas. O estudo de Breed tem sido apontado como um dos precursores dos estudos organizacionais por analisar o contexto da redação. Mas ele também aponta o poder de um “gatekeeper” central: o proprietário do jornal, que impunha sua linha editorial. Sua premissa básica era a de que normalmente essa linha era seguida pelos jornalistas, embora a maioria deles tivesse opiniões mais liberais do que as inerentes à política editorial do proprietário. O seu principal argumento para explicar esse conformismo, desenvolvido a partir de uma análise de entrevistas realizadas com 120 jornalistas, seguindo uma abordagem funcionalista, foi que dentre os seis principais fatores encontrados, os sentimentos de obrigação e estima para com os superiores eram os determinantes. Por outro lado, apontou que a possibilidade de se desviar da linha editorial dependia do status do jornalista na redação.

Por esse breve percurso, percebe-se que a teoria do Gatekeeper considera apenas a ação voluntária do indivíduo-editor, mesmo quando White reconhece haver um caráter subjetivo nas escolhas e ainda que consideradas, no caso específico de Breed, as relações de poder envolvidas no processo empresarial de produção de notícias. De modo geral, é como se toda essa corrente teórica se baseasse em certo mito psicológico determinista, crítica feita por Pêcheux ao defender o contexto epistemológico da AD:

No espaço desse mito psicológico, a História nada mais é do que a resultante de uma série de situações de interações, reais ou simbólicas; a língua nada mais, do que uma (reduzida) porção dessas interações simbólicas, e o

² Um dos mais importantes e poderosos empresários do jornalismo nos Estados Unidos que, entre outros veículos, esteve à frente do *The New York Journal*. Nasceu em 1863 e morreu em 1951. Ficou conhecido por um jornalismo bastante sensacionalista e manipulador, com uso de informações de origem duvidosa e antiética.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

inconsciente nada mais, do que a não-consciência que afeta negativamente este ou aquele setor da atividade do sujeito, em função das determinações biológicas e/ou sociais há pouco mencionadas. (PÊCHEUX, [s/d] 1998, p. 51)

Na sequência cronológica, à teoria do Gatekeeper seguiu-se a ideia da construção social da realidade, às rotinas de produção da notícia como influenciadoras do resultado final. É o que propõem os teóricos do Newsmaking. Colocadas lado a lado, nota-se já na nomenclatura dessas teorias uma relação bastante causal e pragmática. Gatekeeper é o porteiro, aquele que autoriza ou não a entrada. Da mesma forma, a ideia de uma elaboração voluntária está presente na presença do verbo *to make*, na raiz da nomeação da teoria. Mesmo quando estudadas em outros países, os nomes em inglês foram mantidos.

Como dizem autores como Wolf (2002) e Traquina (2004), o modelo teórico do Newsmaking tenta explicar o Jornalismo a partir de critérios como valor-notícia (critérios ‘objetivos’ de seleção de um fato para que serem publicados/veiculados), rotinas de produção, construção da audiência e organização empresarial. Embora a notícia não se esgote – como discurso – em seu processo de produção, o Newsmaking tenta explicar apenas sua constituição, sem pensar nas relações produzidas na interlocução. “Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias. É dessas práticas que se ocupa a teoria do Newsmaking” (PENA, 2010, p. 130). Nota-se que, mesmo quando critica a ideia de relato fiel da realidade, o Jornalismo cai no determinismo e num conjunto de regras que seria capaz de explicitar, por si só, a construção da notícia. Não há espaço, na teoria, por exemplo, para a discussão sobre o caráter opaco da linguagem, tampouco do atravessamento da ideologia. Não há, portanto, nenhuma consideração ao fato de que

o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como o processo do Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 124, grifos no original).



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Esse conceito de sujeito também é perceptível nas teorias do Agenda-Setting e do Espiral do Silêncio, desenvolvidas, respectivamente, por Maxwell McCombs e Donald Shaw, nos anos 1970, e Elizabeth Noelle-Neuman, nos anos 1990. Ao contrário das anteriores, essas duas últimas propostas focam na interação do destinatário (leitor, telespectador, ouvinte ou internauta) com a notícia. A ideia do Agenda-Setting é a de que os “receptores³” estão sujeitos a formar suas opiniões a respeito de determinados assuntos, a partir daquilo que é veiculado pela mídia. Da mesma forma, pela teoria da Espiral do Silêncio, o leitor⁴ de notícias tende a se silenciar quando sua opinião é diferente da maioria, com medo da segregação e da exclusão social.

Como se percebe, as teorias do Jornalismo ora focam no aspecto da produção, ora no aspecto da recepção, mas não tocam na questão da interpretação e do efeito de sentido entre os locutores. O sentido é tido como já-dado, transparente, resultado de uma opção do sujeito-jornalista.

Um pouco da ideia de subjetividade começa a aparecer de modo marginal nas teorias do Jornalismo a partir dos anos 1960, embora ainda bastante diferente da proposta discursiva. A subjetividade aqui é vista como um olhar particularizado, único, mas sem menção a um sujeito que se constitui pela linguagem e é interpelado ideologicamente.

Naquele período, ligado à contracultura, surgiu o chamado *New Journalism*, movimento que prega uma subjetividade inerente ao jornalista e promove a reportagem e a escrita de modo distinto, mais autoral, com preocupações estéticas. O movimento deu origem, na sequência, à ideia de Jornalismo Literário, que usa estratégias estilísticas próprias da literatura para abordar os temas da realidade, sem inventar fatos, mas sem estar também preso a uma estratégia rígida de textualidade, imparcialidade, neutralidade ou objetividade. Percebe-se, então, que, mesmo nessa perspectiva, a subjetividade é tratada como fonte, origem, uma noção de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo:

Uma teoria materialista dos processos discursivos não pode, para se construir, contentar-se em reproduzir, como um de seus objetos teóricos, o “sujeito” ideológico como “sempre-já dado”: na verdade, e isso por razões imperiosas que dizem respeito à intrincação dos diferentes elementos que

³ Opta-se aqui por grafar entre aspas, modalizando o termo, pois ele está ligado ao clássico modelo da Comunicação.

⁴ Utilizamos aqui o termo genérico “leitor” para se referir ao interlocutor em qualquer mídia.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

acabamos de enunciar, essa teoria não pode, se deseja começar a realizar suas pretensões, dispensar uma *teoria (não-subjetivista) da subjetividade*. Dessa forma, o domínio teórico de nosso trabalho se encontra definitivamente determinado por três regiões interligadas, que designaremos, respectivamente, como a subjetividade, a discursividade e a descontinuidade ciências/ideologias. [...] Sejam precisos: o que o idealismo impossibilita compreender é, antes de tudo, a *prática política* e, igualmente, a *prática da produção dos conhecimentos* (assim como, por outro lado, a *prática pedagógica*), ou seja, precisamente, as diferentes formas sob as quais a “necessidade cega” (Engels) se torna *necessidade pensada e modeladas como necessidade*. (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 121-122, grifos no original)

A visão de um sujeito coincidente consigo mesmo, determinado e com todo o domínio de seu dizer e de suas práticas, é propícia ao estatuto do Jornalismo, pois possibilita a concepção de um profissional que consegue dominar o que escreve, diz, publica. Isso facilita – e é o único modo de conceber e replicar – a ideia de objetividade e neutralidade. Também explica, em partes, a razão pela qual a Análise de Discurso é tida apenas como um método de pesquisa e não como uma teoria, para a maioria dos estudos da Comunicação e do Jornalismo.

A noção de sujeito em Pêcheux

Michel Pêcheux escreveu, em 1969, “Análise Automática do Discurso” (*Analyse Automatique du Discours*), em que apresenta os princípios de sua teoria. Na época, ele, que fora aluno de Louis Althusser (1918-1990), trabalhava num laboratório de Psicologia Social e seu intuito era confrontar as Ciências Humanas, particularmente a História, a Psicanálise e a Linguística. É nesse “entremeio” de áreas que se situa a Análise de Discurso, sem que se estabeleça uma relação de subserviência, já que aos três campos ela produzirá interrogações.

Em linhas gerais, a abordagem discursiva baseia-se na não literalidade, ou seja, a língua está determinada pela materialidade histórica, não é um sistema neutro de signos que transmite, de forma clara, intencional e única, determinado conteúdo. A partir disso, Pêcheux define o discurso como efeito de sentido entre locutores, ou seja, não é possível conceber, desse ponto de vista, um “processo de comunicação”, em que há uma mensagem a ser transmitida de um emissor para um receptor, de onde parte a maioria dos estudos que tentam dar instrumentos práticos para o Jornalismo e para todos os campos da Comunicação Social.

Uma das grandes contribuições trazidas por Pêcheux, sob a influência de Althusser, foi o rompimento da concepção de ideologia conforme definida por Karl Marx (1818-1883). Para



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

a tradição marxista, a ideologia é um reflexo da economia, ou seja, a infraestrutura da sociedade tem o poder de determinar todas as outras instâncias (a superestrutura). Para Pêcheux, o ideológico não é simplesmente a expressão da ideologia burguesa dominante, mas *o local e o meio* para a realização dessa dominação. Pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva demonstrar os mecanismos da determinação histórica dos processos de sentido.

Com isso, fica estabelecida a noção de interdiscurso, ou seja, o conjunto de já-ditos que sustentam todo o dizer atual. Pêcheux concebe que o sentido é sempre uma palavra pela outra, só existindo em relações de transferência (metáfora, conforme Lacan). A leitura a que a AD se propõe é um olhar para a opacidade do texto, compreendendo o que o sujeito diz sempre em relação a outros dizeres e à História.

Pêcheux, portanto, concebe o sujeito como um indivíduo que não está livre para escolher, deliberadamente, o que falar e quais sentidos gerar, pois a fala estará sempre determinada pelo “já-dito”, pelo interdiscurso, sentidos que foram se construindo historicamente. Mas, por causa da aparente unidade, a ideologia produz um efeito de naturalização dos sentidos. Ancorados no “já-dito” e apagando a história, os sentidos se instalam e são apropriados como naturais. É assim que Orlandi (2009, p. 9) afirma, com base nesse raciocínio, que “a ideologia não é x, mas o processo de produzir x”.

Na AD, diferentemente de Marx, a ideologia não é compreendida como falsa consciência ou distorção-inversão da realidade. Althusser ([1971] 1980) compreende-a como “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, [1971] 1980, p. 77) e à medida que ela interpela os indivíduos e os constitui em sujeitos que se reconhecem no seu papel dentro do sistema das relações de produção. Mais à frente, Althusser dirá que a “natureza imaginária (da relação entre os homens e suas condições reais de vida) fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda ideologia” (p. 81).

É desse modo que a ideologia tem papel no processo de interdição dos sentidos. O falar está afetado, indissociavelmente, ao todo complexo das formações discursivas. E nesse ponto reside a principal discordância dessa concepção com aquela advinda da noção de Gatekeeper e de Newsmaking. Mas, de todo modo, uma leitura discursiva do Jornalismo pode



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

contribuir para um aprofundamento da questão da subjetividade e o que seriam os verdadeiros “portões” dessa prática.

Na perspectiva pecheutiana, o sentido só é possível porque “a materialidade concreta da instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas, que, ao mesmo tempo, possuem um caráter regional e comportam posições de classe” ([1975] 2009, p. 146). Isso, por sua vez, só é factível a partir da materialidade linguística, que aparece nas formações discursivas, ou seja, no que cada sujeito constrói como texto.

Ponto central é ainda a noção de esquecimento que, de acordo com Pêcheux, se manifesta em dois tipos. O primeiro é da ordem da ideologia: temos a ilusão de estar em nós a origem do que dizemos, mas, na verdade, retomamos sentidos preexistentes, determinados pela história, com as relações de força e com a luta de classes, que configuram a formação social na qual se inscreve o sujeito. O segundo tipo de esquecimento é da ordem da enunciação, ou seja, diz respeito ao fato de que sempre haveria outras formas de dizer, embora nem sempre seja essa uma percepção consciente. Isso produz uma ilusão, a de que o que dizemos só podia ser dito daquele jeito, o que é uma falácia, uma vez que o modo de dizer não se encontra dissociado da história.

Pêcheux parte, portanto, do pressuposto de que toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas ([1975] 2009, p. 213). Com a ideia de formação discursiva, considera-se que os discursos devem ser analisados considerando que eles se inscrevem no interior de determinadas condições de produção, definidas em relações de poder, em relação à história e às formações sociais, determinando *o que* e *como* deve ser dito. Se interpelação do indivíduo em sujeito do discurso se dá pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, não é possível conceber um discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. “É na forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpretação, identificação e produção de sentido, que se realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira, isto é, de que “eu sou realmente eu” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 266).

Assim, nota-se que a noção de sujeito em Pêcheux pode ser compreendida como uma espécie de crítica àquela presente na teoria do Gatekeeper, marcada pelo que Pêcheux nomeou



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

como “dupla face de um mesmo erro central, que consiste, de um lado, em considerar as ideologias como *ideias* e não como *forças materiais* e, de outro lado, em conceber que elas têm sua origem nos sujeitos, quando na verdade elas ‘*constituem os indivíduos em sujeito*’” ([1975] 2009, p. 120, grifos no original). Além da ideia de sujeito que domina seu fazer, a ideologia é também simplificada na concepção ligada à teoria do Gatekeeper, uma vez que, em geral, tratam-na simplesmente como um conjunto de ideias ou uma posição política.

Considerações sobre o (des)encontro de teorias

Este texto apenas indicou as diferenças teóricas entre as noções de sujeito na teoria do Gatekeeper e na perspectiva discursiva de Michel Pêcheux. Trata-se de um (des)encontro, para a qual a metáfora do porteiro pode ser ela mesma razão de uma ambiguidade que muito serve nesta nossa reflexão. Em primeiro lugar, o “porteiro” é aquele que decide quem/o quê entra ou não. Em segundo, o “porteiro” é também aquele que cumpre ordens sobre o que deve ou não ter ingresso. A proposta que colocamos aqui é que haja uma expansão da ideia de sujeito contida nos estudos de Comunicação e de Jornalismo, para que a análise dessas influências não fique restrita a uma ideia de subjetividade tida como individualidade, originária no próprio indivíduo, mas que considere as interpelações, a historicidade, inclusive das práticas jornalísticas, e o caráter ideológico.

As ordens do gatekeeper são também fruto de uma interpelação, de um discurso-Outro e nesse sentido a leitura de Michel Pêcheux e a formação em AD podem contribuir para uma crítica ao Jornalismo e para a formação de novos profissionais da área, principalmente, em tempos de crise da imprensa e de questionamentos da produção jornalística. Esses fatores ganham mais importância nesse período em que a emergência das redes sociais digitais e a possibilidade de qualquer um tornar-se um produtor de informações e discursos passam a evidenciar mais claramente aos interlocutores a impossibilidade da objetividade. Resta-nos aprofundar na questão de que, mesmo quando age no plano da consciência, o sujeito só consegue enunciar aquilo que lhe é formulável na formação discursiva em que se inscreve.

Referências bibliográficas



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

DELA-SILVA, Silmara. A análise de discurso e a formação do jornalista. *Entremeios*, v. 7, jul/2013. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/152.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.

PENA, Felipe. *Teorias do jornalismo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp, 1990

_____. *Semântica e discurso*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Sobre a (des)-construção das teorias linguísticas. In: CRUZ, Celene; JOUËT PASTRÉ, Clémence. *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes, 1998.

SERRA, S. Relendo o “gatekeeper”: notas sobre condicionantes do jornalismo. *Contemporânea – revista de comunicação e cultura*, v. 2, n. 1. Salvador: UFBA, 2004, p. 93-111. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3431/2499>. Acesso em: 04 set. 2016.

WHITE, D. O *gatekeeper*: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993, p. 142-151.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.